



UM NOVO CONFEA PARA RECONSTRUIR O BRASIL

O país vive um momento de reconstrução, e de transformação de sonhos e projetos em realizações. Nesse cenário a Engenharia, a Agronomia e as Geociências são imprescindíveis para o Desenvolvimento Nacional. A retomada da Democracia e a luta por Soberania demandam e possibilitam que elas sejam genuinamente brasileiras, criando mais oportunidades e empregos de qualidade.

O CONFEA pode – e deve – ousar, fazer muito mais e dessa forma resgatar as missões do sistema para servir ao Brasil, aos Engenheiros, aos Agrônomos, aos profissionais da Geociências e às empresas nacionais do setor.

Nossa candidatura à Presidência do CONFEA é para **MUDAR, INOVAR E RECONSTRUIR**, trazer de volta nossas categorias e colegas para o Sistema.

Nos últimos anos, o CONFEA vem demonstrando que está servindo apenas a si mesmo, traíndo suas origens e de costas para os interesses da Engenharia, dos seus profissionais e da Nação. Passou da hora de mudar esta história!

O CONFEA pode – e deve – ousar, fazer muito mais. A missão do sistema é servir ao Brasil, aos engenheiros e às empresas nacionais de Engenharia.

A Engenharia, a Agronomia e as Geociências devem estar conectadas com o processo de reconstrução do Brasil com o objetivo de levar o país e seu povo a um patamar de crescimento e desenvolvimento que os coloque entre as nações mais desenvolvidas, sem miséria, sem fome e com a perspectiva de um futuro digno para suas futuras gerações.

Nossa candidatura se propõe, em diálogo com a sociedade brasileira, a elevar a Engenharia a um papel de vanguarda do desenvolvimento do País.

Nosso compromisso é com os profissionais do sistema CONFEA/CREA. Precisamos de um CONFEA atuante em defesa da Engenharia Nacional.

Para isso o CONFEA precisa retomar seu protagonismo na Engenharia brasileira (entenda-se, Engenharia, Agronomia e Geociências) perdida nos últimos anos. As candidaturas “oficiais” são, no máximo, “mais do mesmo”, sem compromissos com a ousadia exigida ao Sistema neste momento de reconstrução da vida nacional.

O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL IMPÕE:

Assegurar à Engenharia destacado protagonismo na retomada do desenvolvimento e da soberania nacional.

Defender investimentos em projetos e obras de Engenharia, de todos os portes, em especial em infraestrutura.



Defender as empresas estatais estratégicas e fundamentais para garantir o desenvolvimento do Brasil com Soberania Nacional. Para isso é importante um posicionamento forte contra as privatizações de empresas estratégicas brasileiras, principalmente nos setores elétrico, petróleo, gás e saneamento.

Atuar junto ao Poder Público pela revogação do Decreto n. 11.314/2022 que condiciona a renovação de concessões públicas de transmissão de energia elétrica à privatização das empresas.

Participar ativamente do debate e articulações para que as grandes obras de infraestrutura sejam executadas por empresas brasileiras e defender a priorização dos investimentos do BNDES nos serviços de engenharia nacional.

Defender em todas as esferas de poder do Estado pela retomada da política de conteúdo local e da indústria naval brasileira.

Ampliar o acesso da população aos serviços de Engenharia, entre outras prioridades está a efetivação da Lei Federal n. 11.888/2008 que assegura às famílias de baixa renda a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitações de interesse social.

Privilegiar aquisições de bens e serviços pelo poder público e estatais junto à fornecedores locais, fortalecendo os arranjos com empresas privadas brasileiras, as instituições de ensino Ciência, Tecnologia e Inovação nacionais.

Valorizar a agricultura regenerativa, com ênfase na agricultura familiar, como pilar essencial para erradicação da fome e redução das desigualdades.

Atuar em prol de uma melhor formação dos profissionais do Sistema, inclusive com a introdução de disciplinas das áreas humanística e ambiental.

Reafirmar o compromisso com a cidadania, a soberania nacional e a democracia.

LUTAR PELO DESENVOLVIMENTO É LUTAR POR EMPREGOS NA ENGENHARIA

O Brasil precisa superar o modelo de país exportador de *commodities* e importador de bens manufaturados. Para que possamos crescer e desenvolver, precisamos migrar para o modelo de produtor nacional de manufaturados, materiais processados, serviços e tecnologia. E, nesse sentido, cabe ao CONFEA o protagonismo e compromisso em defender essa mudança de orientação econômica e política.



A exemplo de outros Conselhos profissionais, é necessário ampliar o protagonismo da Engenharia, servindo melhor à sociedade, envolvendo-se na luta em defesa da soberania nacional, do desenvolvimento, da cidadania e democracia, com o propósito de melhorar a qualidade de vida dos brasileiros, proporcionando segurança, a redução da desigualdade e a perspectiva de um futuro de bem estar social para nossas futuras gerações.

Para isso é imperativo que o Sistema contribua para uma melhor formação dos profissionais da Engenharia. O novo desafio é garantir o acréscimo de conhecimentos nas áreas humanas e ambientais em nossas escolas de Engenharia, exigência básica e necessária para a construção de um novo Estado de bem-estar social, em coerência com as demandas dos diversos segmentos da população.

Construir uma política forte para a reinclusão dos profissionais alijados da Engenharia por conta do desemprego e das políticas negacionistas que liquidaram empregos e empresas de Engenharia nos últimos anos.

Construir políticas para a inclusão de profissionais autônomos.

FORTALECER A ESTRUTURA DO CONFEA E DA ENGENHARIA

Defender e contribuir para a nova industrialização do Brasil, através do incentivo à formação profissional e da disponibilização de recursos e participação efetiva na elaboração de planos para fomentar o renascimento da indústria nacional concatenada com as demandas do mercado interno e mercado externo do Brasil.

Assumir a diretiva e o compromisso de apoiar e articular para aprovar a criação das Carreiras de Estado para Engenheiros e Agrônomos em todos os níveis de Governo nos termos do Projeto de Lei Complementar nº 13/2013.

Defender e buscar a ampliação do arranjo institucional entre estatais e empresas públicas com as empresas privadas brasileiras, dos diferentes setores, fornecedoras de bens e de serviços, e os nossos centros de ciência, tecnologia e inovação.

Fazer vigorar o papel fiscalizador do Sistema, conforme previsto em lei, em todas as áreas da engenharia, incluindo a Agronomia e as Geociências, não se restringindo a apenas algumas modalidades como ocorre atualmente.

Implementar uma política de avaliação anual da fiscalização dos regionais, visando seu aprimoramento, por meio de pesquisa de satisfação (e-mail ou site do Confea) direcionada aos profissionais destacando a importância da fiscalização com qualidade

Valorizar as carreiras públicas dos profissionais do Sistema, o acesso aos concursos públicos, a eficiência no atendimento ao cidadão e o combate ao aviltamento salarial praticado contra servidores, reafirmando seus direitos ao *salário mínimo profissional*.

Criar instrumentos, como leis e normativas, que destinem anualmente porcentagem dos recursos públicos federais para a manutenção de empresas públicas estaduais e oficiais de assistência técnica rural, visando ao fortalecimento de trabalhos em pesquisa e extensão na produção sustentável de alimentos com origem na agricultura familiar.

DEMOCRATIZAR E DAR TRANSPARÊNCIA AO SISTEMA

Fortalecer e garantir instrumentos de transparência, ética e controle social nas contas do Confea, dos Regionais e da Mútua.

Vincular as contribuições anuais e os valores das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ao atingimento de um conjunto de metas pactuadas, visando a redução dos atuais valores.

Assegurar isonomia a todos os profissionais do Sistema (a discricionariedade do sistema levou à saída dos Arquitetos e dos técnicos).

Valorizar e integrar as entidades associativas e as instituições de ensino que formam o sistema, visando a construção de mecanismos que incluam novas competências como atribuições para facilitar o acesso dos profissionais ao mercado de trabalho.

Garantir a participação dos Sindicatos nos plenários dos Regionais e atuar firmemente nos estados onde haja tentativas para impedir / dificultar esta participação.

Valorizar o esforço das câmaras especializadas, das coordenadorias nacionais, e dos órgãos consultivos.

Estimular a participação de jovens e mulheres em entidades representativas da carreira, combatendo toda forma de discriminação e discricionariedade.

Defender a isonomia salarial e o acesso às oportunidades profissionais de modo a não discriminar profissionais em função de gênero, raça ou etnia.

Implantar uma política de representatividade no Plenário e na Diretoria, definindo um número mínimo de mulheres visando promover a inclusão e a igualdade de gênero.

Dar mais transparência na atuação do Sistema à sociedade, utilizando suas páginas eletrônicas para informar cursos e escolas credenciados, atribuições básicas asseguradas aos egressos etc.

Assumir a efetiva ação parlamentar para alterar a atual Lei n. 5.194/66 nos termos do substitutivo ao PL 1024/2020, no que propôs a federalização do plenário do Confea, já aprovado pelo Plenário do Confea na Decisão Plenária 1905/2021 para assegurar, entre outros, a representação federativa de todos os estados no Plenário do Confea, assegurado o rodízio democrático de todas as profissões abrangidas, a destinação de percentual da arrecadação de ART para projetos das entidades registradas de acordo com propostas aprovadas, considerando a contribuição dos profissionais de forma proporcional e a inclusão do Crea Junior na legislação profissional.

IMPLANTAR ORGANIZAÇÃO E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

Modernizar processos e agilizar a entrega dos serviços como, por exemplo, o CAT e Carteira Profissional, adotando uma mesma plataforma integrada a todos os Regionais.

Criar instrumentos legais que facilitem a integração do Sistema com órgãos, serviços e/ou concessionárias de serviços públicos em apoio à fiscalização e à expansão da prestação de serviços de Engenharia.

Assegurar a implantação de um sistema eletrônico único integrando os bancos de dados dos Regionais com os de órgãos, serviços e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como os das instituições de ensino, para automação da fiscalização e agilidade dos serviços prestados, respeitada a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Propugnar pelo direito de ser consultado previamente pelo MEC quando da criação de novos cursos, de forma a garantir a qualidade do ensino e o atendimento às necessidades profissionais do desenvolvimento nacional.

Construir um sistema de certificação de empresas quanto à observância de direitos dos profissionais.

Atualizar o Código de Ética, com foco no combate com mais rigor às práticas condenáveis de profissionais, bem como estender seus efeitos aos que se beneficiam, pessoa física e/ou empresas na figura de seus responsáveis legais.

BENEFÍCIOS AOS PROFISSIONAIS

Assegurar que a ART indique claramente a que se destina e permita a correta utilização e responsabilidade nas atividades profissionais, deixando de ser um elemento arrecadador para ser um instrumento de compromisso e reconhecimento da qualificação dos profissionais para atuar nas diversas áreas.

Assegurar maior agilidade na prestação dos serviços do Sistema e a oferta de novos produtos de seu interesse.

Contribuir com a Mútua na implantação do nosso plano de saúde, destinado aos profissionais do sistema Confea / Crea e suas famílias, com serviços melhores e mais abrangentes, valores menores, e maior qualidade dos serviços prestados.

Promover programas de atualização profissional, oferecendo cursos por meio de parcerias com centros de pesquisa, de modo a acompanhar a modernização tecnológica e facilitar a recolocação dos profissionais no mercado de trabalho.



Elaborar programa de apoio às Federações e Associações mediante disponibilização de volume significativo para eventos e ações de estruturação administrativa.

DIREITOS DOS PROFISSIONAIS

Atuar junto ao Congresso Nacional pela aprovação do Projeto de Lei n. 626/2020 "Engenheiro SIM, Analista NÃO"!

Organizar e pressionar junto ao Legislativo e ao Executivo na defesa da presença obrigatória de profissionais da engenharia nos setores de agricultura, planejamento e execução de obras em todas as áreas governamentais - federal, estadual e municipal – atendendo ao disposto na letra "g" do art. 27, da Lei Federal nº 5.194, de 24/12/1966, que "regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências".

Assumir o papel definido em Lei, que garante Fé Pública ao Sistema Confea / Crea para exigir o cumprimento da Lei que estabelece o Salário Mínimo Profissional, em apoio e parceria com as organizações sindicais, criando uma articulação centralizada para receber denúncias em seu site sobre o descumprimento, direcionando e cobrando ações afirmativas dos regionais sobre o assunto, inclusive concursos públicos.

Integrar perfeitamente a estrutura do Confea com as estruturas sindicais existentes para atuar de forma conjunta na luta junto aos poderes da República pela garantia e ampliação dos direitos dos profissionais assalariados, de modo a garantir a aplicação do Salário Mínimo profissional, bem como de todos os direitos existentes ou incorporados e conquistados por esses profissionais.

Assegurar isonomia de direitos aos profissionais do Sistema em suas atuações profissionais, enfrentando as desigualdades sociais, regionais, raciais e de gênero.

RESPEITO E SUPORTE AOS ENGENHEIROS INICIANTES OU DESEMPREGADOS

Apresentar resolução para:

Não penalizar profissionais do sistema desempregados e impossibilitados de cumprir com suas obrigações com anuidades do sistema.

Implantar descontos progressivos para os novos profissionais, alterando o art. 7 da Resolução n. 1066/2015.

Fomentar cursos para reciclagem e formação profissional em convenio com entidades de ensino de forma gratuita para os profissionais acima.



COMO VAMOS FAZER?

Inserir as Engenharias e suas entidades representativas no centro do poder político e de gestão do Estado e seus Conselhos, tendo em vista a capacidade das Engenharias de oferecer soluções no âmbito das Políticas Públicas.

Acompanhar, monitorar e contribuir em todos os assuntos de interesse da Engenharia, da Agronomia e das Geociências que tramitam no Congresso Nacional ou na elaboração de políticas públicas pelo governo federal.

Construir uma nova e ousada proposta para Lei n. 5.194/1966 ora em tramitação no Congresso Nacional, através da promoção de amplos debates e chamadas para contribuições, convocando os profissionais do sistema para uma ampla e efetiva participação.

Contribuir em matérias de interesse da Engenharia que tramitam no Congresso Nacional ou na elaboração de políticas públicas pelo Governo Federal, criando canais para acompanhamento e participação dos profissionais e entidades.

Promover ações e incentivar medidas em prol da equidade social, regional, de gênero, etnia e raça.

Participar da revisão e atualização da grade curricular e da melhoria do nível da qualidade do ensino ministrado pelas escolas de engenharia, agronomia e geociências de modo a dar o suporte necessário e suficiente para a formação e o desenvolvimento dos futuros profissionais em todas as suas competências pessoais e profissionais já referidas.

Aproximar de instituições de ensino conceituadas e com programa de formação profissional adequados, abrindo editais que fomentem a pesquisa e a inovação dentro das universidades.

Garantir o direito de ser consultado previamente pelo MEC quando da criação de novos cursos.

Eliminar tensões internas entre modalidades da Engenharia, especialmente a pretensão de se criar reservas de mercado. Para tanto, devemos organizar os profissionais por arranjos produtivos tecnológicos e especificidades de suas realizações.

Promover campanhas junto à sociedade e aos profissionais sobre a importância da Engenharia, suas atribuições, obrigações e benefícios do exercício legal e da ética profissional.

Atualizar a Tabela de Obras e Serviços (TOS), desenvolver e implementar um programa permanente de esclarecimento e o correto preenchimento de Anotações de Responsabilidade Técnica, em parceria com entidades



Desenvolver campanhas educativas, fiscalizatórias e conscientizadoras contra desvios em relação ao registro dos profissionais junto às empresas contratantes, a defesa do salário mínimo profissional e contra as discriminações em função de gênero, raça e etnia.

Promover e incentivar a troca de conhecimentos e experiências entre profissionais do sistema e seus correspondentes em outros países. Essa proposta inserirá as profissões do sistema na disputa por novos mercados e trará uma nova dinâmica para o nosso mercado e grandes oportunidades para o crescimento dos negócios para as empresas nacionais.

Gerir de forma transparente e participativa para bem servir aos engenheiros e à sociedade brasileira.

Considerar a sustentabilidade ambiental em todos os programas e projetos, apoiado no conhecimento agrônomo por biomas e ecossistemas.

Auditar e redesenhar processos administrativos, informatizar e amplificar a qualidade e quantidade de atendimentos aos profissionais do sistema Confea/Crea. Através dessas medidas busca-se aumentar a satisfação dos associados ao sistema e a redução de custos de anuidades e ART para todos, sem deixar de melhorar o grau de integração dos profissionais ao sistema.

Em nossa gestão, a defesa da Engenharia, da Democracia e da Soberania Nacional serão nossos compromissos públicos fundantes e inalienáveis.

Amaury Monteiro Jr.

Candidato a Presidente do Confea

WhatsApp: 11 972087916

Facebook: amaury.presidente.confea